

ATA DA 057ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2020
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente)- Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Passa ao horário reservado às Breves Comunicações.

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Faz alusão ao seu projeto de lei que trata da retomada das aulas nas escolas infantis particulares, apresentado na tribuna na data anterior, coincidindo com o teor da proposição do Deputado João Amin, cujo único objetivo é atender o clamor dos dirigentes de educandários e de trabalhadores que precisam deixar seus filhos em local seguro, favorecendo a economia e a manutenção de empregos.

Critica a postura do Governo do Estado e da Federação Catarinense dos Municípios - Fecam, por utilizarem, ainda, o discurso do isolamento social para combater a proliferação do vírus, em detrimento dos trabalhadores que, em breve, não terão recursos financeiros do Governo Federal para sobrevivência. Finaliza, solicitando ao Governador e Prefeitos que revisem seus decretos, evitando a discussão no Plenário sobre a fome. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Dedica a sua fala à educação, e cita o Relatório da Comissão Estadual de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Educação, divulgado no dia 25 de agosto, com análise de 2018, apurando os seguintes dados no Estado Santa Catarina: faltam 2,2 mil vagas em creches de zero a três anos; mais de 15 mil crianças de seis a 14 anos não frequentaram o ensino fundamental em 2018; mais de 15 mil adolescentes de 15 a 17 anos não frequentaram a escola e outros 58 mil não concluíram a educação básica.

Finaliza, solicitando aos nobres Deputados o envolvimento na luta por mais vagas para a educação infantil até 2024, prazo para o cumprimento das metas de 100%. Diz, ainda, que é uma situação séria também dos jovens e adolescentes que abandonam seus estudos e na rua são suscetíveis, inclusive, à criminalidade. Coloca o relatório à disposição dos nobres Deputados para avaliação. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Solicita que seja colocada no painel uma amostra do trabalho que está sendo feito por várias entidades e coordenado pelo Estado, que é o Plano Estadual de Contingência para a Educação. Um plano complexo, elaborado por muitas mãos, inclusive da Assembleia Legislativa, através da Comissão de Educação e também da Comissão de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente, a qual pertence. São cinco grupos de trabalho, reunindo integrantes dos setores da educação, saúde,

sistema privado e público de educação, sindicatos, federação de municípios, Ministério Público e outros, um grupo que está empenhado na elaboração e definição dos protocolos e medidas necessárias para a volta às aulas presenciais no Estado, com previsão para o dia 13 de outubro, dependendo da situação da pandemia.

Relata que, nesse documento, constarão as medidas sanitárias, ações pedagógicas, gestão de pessoas, transporte escolar e alimentação, para o retorno de alunos e professores às salas de aula, compatíveis com o momento da pandemia e após. É importante preparar as instituições para uma resposta efetiva que ajude a diminuir o ritmo da infecção, e que assegure as condições para a continuidade da missão educativa no Estado.

Menciona que é um documento fundamental para que os estudantes possam voltar às escolas com segurança, que trata da vida de 22% da população de Santa Catarina. Ressalta que garantir essas condições sanitárias aos profissionais, situações tecnológicas e de apoio psicológico é um grande desafio que terá que ser conquistado, pois é uma situação complexa, onde uma pessoa contaminada atinge mais três, e o ambiente escolar é desafiador por oferecer diversas vulnerabilidades, como a negligência com os hábitos de higiene.

Destaca que esse documento prevê uma série de treinamentos para capacitar profissionais, um plano de comunicação efetivo para orientar toda a comunidade escolar, aquisição de equipamentos de segurança e adequação da infraestrutura das escolas, pois há 160 dias estão fechadas, e não se pode errar no processo. Cita Israel, país que detectou que as escolas passaram a ser um grande foco de contaminação da Covid-19, e suspendeu as aulas novamente.

É sabido do desafio que está sendo imposto aos pais, que precisam ser mais participativos no processo de educação com as aulas virtuais, há ainda aqueles que não estão conseguindo trabalhar devido ao fechamento das creches. Neste contexto, as escolas particulares estão perdendo milhares de alunos, não tem como honrar seus compromissos

financeiros, e para isso está em contato com o Governo para garantir socorro financeiro a esse setor.

Salienta que nada supera o aprendizado do ensino presencial, mas a dedicação dos professores, nessa pandemia, mostra que tiveram que se reinventar para oferecer aulas virtuais atrativas, garantindo o prosseguimento do ano letivo, e o Governo de Santa Catarina está agindo com muita responsabilidade, planejamento, maturidade, em conjunto com a sociedade.

Faz o registro de algumas notícias sobre a vacina, que deverá ser produzida pelo Butantan, em torno de 400 milhões de doses, mas depende de investimento do Ministério da Saúde, que o Governo Federal aplique R\$1,9 bilhão. A terceira fase dos estudos clínicos está sendo paga pelo governo de São Paulo. Correndo tudo bem, no início do ano, pode-se contar com 120 milhões de doses da vacina. Talvez, em dezembro, já se possa contar com 45 milhões de doses, e 15 milhões no primeiro trimestre de 2021.

Acrescenta que apresentou uma indicação sobre a situação das 800 creches, no Estado, que estão sem o que fazer, e continuam com as despesas financeiras, assim, solicita abrir crédito emergencial para esse setor, apelo que fez ao secretário Paulo Eli. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADA MARLENE FENGLER (Oradora) - Reforça o que a deputada Luciane e o deputado Vicente falaram com relação às escolas privadas de ensino infantil, destacando a necessidade do Governo do Estado pensar em um programa de apoio, pois se já existe um déficit de 10 mil vagas no ensino infantil, dá para imaginar qual será esse índice, a partir do ano que vem, quando as crianças que estariam em escolas privadas forem para o ensino público.

Relata que, em relação à volta das aulas, fez um pedido de informação ao Governo, solicitando esclarecimentos sobre o plano de retomada das atividades escolares que está sendo construído por muitas mãos, pois sua preocupação se refere à

necessidade de elaborar um plano de apoio pedagógico, atendendo alunos que retornarão com problemas psicológicos, emocionais, de comportamento, e os professores com dificuldades porque tiveram que se adequar à realidade. Todos precisarão ter um apoio pedagógico muito grande, com equipes multidisciplinares para os professores, alunos, e também para os pais.

Menciona a moção de aplauso que a bancada feminina apresentou, na semana passada, à irmã Neusa, diretora do Hospital São Paulo, de Xanxerê. Como tantas outras pessoas, ela é filha de agricultores, saiu de casa para estudar e seguiu a vida religiosa. Formou-se em Filosofia e, em 2004, assumiu a direção-geral do Hospital Regional de Xanxerê, formando-se também em Administração Hospitalar. Hoje o Hospital São Paulo é referência no serviço de alta complexidade em Cardiologia e atende uma população de aproximadamente 1,3 milhão de pessoas da região.

Destaca que a irmã Neusa tem uma trajetória de trabalho com muita competência e, na última eleição, houve um diferencial, pois recebeu 92% dos votos, mostrando um reconhecimento enquanto gestora e administradora hospitalar. Não tem dúvida de que ela irá fazer um trabalho excepcional frente aos hospitais e entidades filantrópicas de Santa Catarina. Declara o seu reconhecimento por esse trabalho fantástico e se coloca à disposição para tudo que ela precisar.

Manifesta-se sobre a questão do aumento da Celesc, reforçando a importância de rever essa situação, tanto do aumento, quanto da possibilidade de parcelar as dívidas em, pelo menos, 24 vezes. Várias empresas têm lhe procurado, e cita o exemplo de um clube, cuja atividade não retornou, e ele tem sete funcionários. Quando iniciou a pandemia, a direção decidiu não pagar a água, nem a luz, e manter os funcionários, sem ingresso de renda. E não sendo possível fazer esse parcelamento, em 24 vezes, com o total da dívida, terão que dispensar essas pessoas.

Ressalta que a pandemia ainda não terminou, o Procon está fazendo o seu trabalho, mas a Celesc precisa rever essa posição, pois é preciso priorizar quem fez a manutenção dos empregos. Entende que, se isso for submetido ao conselho, e se houver uma posição do Estado dando apoio, essa situação poderá ser revista. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Registra que, com a paralisação das escolas, a empresa terceirizada Risotolândia foi dispensada pelo Governo do Estado, o qual passou a disponibilizar um "kit merenda" para os alunos da rede pública.

Informa que foi declarado um custo de R\$45,65 por kit entregue pelo Governo, que inclui a logística, e contendo 1kg de arroz, 1kg de feijão, 1kg de farinha, 1 litro de suco integral e 2 litros de leite. Diz que foi a um mercado, em Florianópolis, comprou os mesmos produtos e gastou R\$28,54. Questiona o valor absurdo que está sendo investido apenas para a entrega do produto, de aproximadamente R\$17,11 por kit.

Conclui, pedindo explicações ao Governo do Estado e faz indagações quanto à finalidade do dinheiro excedente. *[Taquiografia: Roberto]*

Partidos Políticos

Partido: PL

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Discorre sobre a malha viária da Serra Dona Francisca, em Joinville, a qual recebeu pequenas manutenções, mas necessita urgentemente de uma restauração definitiva.

Conta que a iniciativa privada fez uma doação de R\$7 milhões em lâmpadas de LED para a iluminação do local, cabendo ao Deinfra apenas a missão de cuidar da restauração da parte elétrica e iniciar os ajustes. Lamenta que, desde 2018, nada tenha sido feito e a região continua sendo uma das rodovias mais perigosas do Estado.

Apresenta requerimento solicitando informação, destinado ao presidente do Deinfra, que busca

entender o motivo da demora em encontrar uma alternativa para receber os equipamentos que foram doados ao Estado, e assim estabelecer segurança na Serra Dona Francisca. *[Taquigrafia: Roberto]*

Partido: PT

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Lamenta a ineficiência do Governo Federal e Estadual perante a pandemia, dificultando a qualidade de vida de milhares de famílias no País, especificamente na falta de alimentos. Cita diversos dados de pesquisas do Ibope e Unicef para embasar seus argumentos e mostrar a escassez ou baixa qualidade de alimentos em muitas famílias. Acrescenta que o Governo não pensa formas de dar suporte para as famílias carentes, mas sim incentivar programas que retiram direitos.

Informa que, de acordo com os órgãos de segurança alimentar, 86% dos moradores das periferias, em algum momento, enfrentarão a fome por causa do coronavírus.

Critica a ação do Governo Federal em vetar um projeto, aprovado no Senado e na Câmara Federal, que auxiliaria os agricultores familiares. Finaliza o discurso, pedindo para que os governantes tomem atitudes para melhorar a situação das famílias que estão passando fome. *[Taquigrafia: Northon]*

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Discorre brevemente sobre o início da carreira jornalística, e comenta que sua ocupação é Deputado Estadual, porém sua profissão é jornalista. Exibe um vídeo no telão, mostrando o jornalista Paulo Alceu emitindo sua opinião crítica a respeito da imprensa que produz *fake news* para atingir o Governo Federal.

Pede para que seja registrado na ata da sessão que o Deputado concorda totalmente com as palavras do jornalista Paulo Alceu. Comenta que não há problema se determinada rede de televisão é contrária ou favorável ao Governo, mas, como

jornalista, se posiciona contra a manipulação e deturpação da informação. *[Taquigrafia: Northon]*

Partido: NOVO

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Diz que estão sendo chamados de "pais que não amam seus filhos" os que se atentam e observam as evidências científicas, e desejam que os filhos retornem às aulas.

Chama de arbitrária e unilateral a decisão da Secretaria da Educação, que proíbe qualquer aluno de retorno às escolas. Lembra que os pais que não se sentem seguros e não têm o desejo de enviar seus filhos à escola devem ser respeitados, mas também se deve observar a liberdade dos mesmos pais que querem enviar.

Comenta que o número de crianças infectadas em todo mundo é baixa, e defende que as escolas devem ter a opção de retomar as aulas, seguindo os protocolos de segurança.

Fala da problemática das escolas fechadas e dos pais que não têm como trabalhar devido à responsabilidade de cuidar dos filhos em casa.

Lembra que a liberdade sempre deve prevalecer em todos os aspectos, e mais uma vez se coloca contrário à decisão de se manter todas as escolas fechadas.

Fala sobre as evidências científicas para a abertura das escolas, e embasado nelas, pede que não se tome nenhuma medida unilateral.

Lembra que as crianças participam muito pouco na cadeia de contágio da Covid-19, e que a taxa de letalidade entre as mesmas é quase 38 vezes menor, se comparada a um adulto.

Apresenta um estudo da Universidade de Dresden, na Alemanha, que fez a coleta de amostras de sangue de 1500 alunos, e, desses, somente 12 apresentavam os anticorpos.

Diz que suspender de forma geral, como está sendo feito, é tirar o direito de escolha das famílias e escolas. Demonstra uma preocupação com as escolas privadas, que correspondem a 500 mil matrículas, e estão paradas.

Comenta sobre um estudo de 2014, após a epidemia de Ebola, em Serra Leoa, mostrando que o fechamento das escolas, no país, resultou no aumento de 65% dos casos de gravidez na adolescência, entre outros problemas.

Reforça que no Brasil não é muito diferente, pois as crianças, em casa, estão apresentando transtornos psicológicos, entre outros, devido à mudança na rotina. *[Taquiografia: Guilherme]*

Partido: MDB

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Orador) - Comenta que esteve em reunião com o Diretor do Procon de Santa Catarina, e o órgão entrou com uma ação contra a Aneel, solicitando a suspensão da resolução que autoriza o reajuste da Celesc em 8,14%.

Fala do lucro obtido pela Celesc e diz que não entende como, em um momento de pandemia, a empresa aumente cerca de 350% a mais do que a inflação dos últimos 12 meses.

Pede o apoio dos Parlamentares ao projeto de lei que apresentará nesta Casa, que fará diferença nas políticas públicas catarinenses.

Comenta o seu projeto, "Programa Energia é Saúde e Inclusão Social", para que 70% dos dividendos da Celesc sejam repassados aos hospitais filantrópicos de Santa Catarina, e lembra que 10% dos custos destes hospitais são com energia elétrica.

Também cita que os outros 30% seriam direcionados em trabalhos de inclusão social, desenvolvimento e fomento esportivo, com recursos para a Fesporte, pois hoje a maior dificuldade nos municípios está em programas de prevenção.

Discorre sobre como seriam investidos estes recursos e fala sobre as ações promovidas pelos hospitais filantrópicos no combate à Covid-19, mostrando preocupação com o pós-pandemia e com as doenças que possam surgir, como o aumento no índice de depressão.

Deputado Jair Miotto (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela fala, e reforça o apoio à luta

contra o aumento da tarifa da energia elétrica pela Celesc. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) -
Suspende a sessão até às 16h, horário destinado à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

A Presidência comunica que há dois projetos extrapauta e, por isso, consulta os srs. Líderes da possibilidade de serem apreciados na sessão da presente data.

Trata-se do PLC n. 30/2019, de autoria do Governo do Estado, que altera o art. 28 da Lei Complementar n. 453/2009, que institui o Plano de Carreira do Grupo Segurança Pública, Polícia Civil, e estabelece outras providências; e o PL n. 163/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus, que acrescenta o art. 23A à Lei n. 16.673/2015, que dispõe sobre a fusão da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - Agesc, com a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina - Agesan, cria a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - Aresc, e estabelece outras providências, para vedar reajuste tarifário durante a vigência de estado de defesa ou calamidade.

Consulta os srs. Líderes se concordam em incluir esses dois projetos em pauta.

(As Lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0030/2019, de autoria do Governo do Estado, que altera o art. 28 da Lei Complementar n° 453, de 2009, que institui Plano de Carreira do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil, e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Segurança Pública; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

Neste momento, o sr. Presidente da sessão, Deputado Mauro de Nadal, concede a palavra aos seguintes srs. Deputados:

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Saúda o sr. Presidente, e comunica que há um requerimento de pedido de destaque a esse projeto que altera a Lei Complementar n. 30/2019, que trata do Plano de Carreira da Polícia Civil. O destaque é da emenda substitutiva global de autoria da Deputada Paulinha, que foi apreciada na comissão de Finanças e foi rejeitada, mas pedimos o destaque. Teve a concordância, inclusive, do presidente da referida comissão, Deputado Marcos Vieira, porque não traz nenhum tipo de mudança salarial na Polícia Civil. E houve por parte do sindicato da Polícia Civil um pleito ao STF da incorporação desse valor, e houve uma decisão contrária à incorporação. Mas, esse valor é uma gratificação pela assiduidade, pois quem entra em férias, em licença, perde esse valor. E as demais carreiras: Polícia Militar, Bombeiro, Delegado de Polícia, todas as carreiras, permanecem com esse benefício; exceto os Agentes e Escrivães.

E a Deputada Paulinha, cumprindo um acordo que foi assinado com o Governo do Estado, que temos em mãos, e assinado pelo Secretário Jorge Tasca, pelo Décio Vargas e pelas categorias, ainda em março deste ano, fez essa alteração, que é para impedir que haja redução salarial. Caso contrário, havendo uma notificação, os policiais civis teriam uma redução salarial a partir dessa notificação.

Então, agradece de antemão a Deputada Paulinha, pois a sua emenda substitutiva global, além de ser importante, é muita humana para os policiais que, neste momento de pandemia, enfrentam essa dificuldade. Por isso, pediria, pois o requerimento que foi protocolado tem a assinatura da Deputada Paulinha e mais quatro assinaturas necessárias para apreciação, assim,

gostaria que fosse apreciado em destaque, e pede o apoio de todos os senhores Deputados.

DEPUTADA PAULINHA - Enaltece a luta que o Deputado Maurício Eskudlark empreendeu por esse direito da categoria. Menciona que se colocou como instrumento para colaborar, já que hoje assume o papel de Liderança do Governo, e tinha na participação da CCJ a possibilidade num projeto de origem governamental corrigir essa imperfeição, que tem trazido prejuízo direto a praticamente toda carreira da Polícia Civil atualmente; o caso da IRESA já é conhecido de vossas excelências há muito tempo.

Diz que essa solução só foi possível porque o Deputado Marcos Vieira, na presidência da comissão de Finanças, com sua sabedoria de Regimento, aconselhou sobre o melhor caminho, dirigindo e orientando como agir. E, hoje, inclusive, teve a delicadeza de trazer as cópias do termo de acordo que o Governo promoveu com as categorias e que fazem subsistir essa matéria hoje, que ocorreu em 20 de março de 2020, antes ainda de todo esse processo pandêmico que, de certa forma, retardou essa discussão.

Acredita que Santa Catarina precisa seguir em frente e, portanto, faz um esclarecimento aos srs. Deputados sobre a matéria. Diz que o projeto original do Governo já vinha, em razão de um trabalho desenvolvido pelo Deputado Maurício Eskudlark à época, que tratava de regularizar o acesso ao concurso público no ingresso da carreira policial, no caso de Delegado de Polícia, cargo privativo de Bacharel em Direito, e o que mudava era isso, devendo exigir dos candidatos, no mínimo, três anos de atividade jurídica ou policial, assegurada a participação na Ordem. Essa matéria que já havia sido aprovada por esta Casa, de autoria do Deputado Maurício, acabou não sendo sancionada em razão do vício de origem. E a pedido do referido Deputado, esse projeto veio para Casa, e dentro desta matéria foi encontrado ambiente e oportunidade para resolver a questão da IRESA. Também, diz que quer deixar claro, na Casa Legislativa, que não estão tratando de aumento

salarial, mas, apenas de evitar que homens e mulheres da Polícia Civil tenham uma perda significativa de seus salários no tempo em que estão de férias ou quando se aposentam. Ressalta que a IRESA foi criada para corrigir uma injustiça salarial na época, que não pode acolher um aumento direto no passado e, agora, só é considerada essa incorporação para que não haja perdas salariais para aqueles que cumprem seu dever na defesa do Estado.

Essas são as razões pelas quais a matéria é apresentada e a Deputada agradece imensamente o Deputado Marcos Vieira, bem como o Deputado Maurício Eskudlark, e todos os Deputados Líderes, o Presidente Julio Garcia, que se dispôs a colocar essa matéria na Ordem do Dia; e também o Deputado Mauro de Nadal, que preside a presente sessão, permitindo que a matéria seja tocada adiante.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Menciona que a matéria em discussão tramitou nas comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho e de Segurança Pública, e ao chegar na de Finanças e Tributação, a Deputada Paulinha apresentou uma emenda substitutiva global. Diz que depois de ter transitado na referida comissão é que entendeu o porquê ela teria apresentado a emenda substitutiva global naquela oportunidade. Por isso, faz uma explicação didática a respeito do projeto.

Diz que está tramitando, ainda, no Supremo Tribunal Federal, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a IRESA e, se for publicado o acórdão da decisão do STF, os policiais civis vão perder a IRESA em Santa Catarina e, ato seguinte, a Polícia Militar também vai entrar no rol da perda da IRESA. Afirma que quando a Deputada Paulinha e o Deputado Maurício Eskudlark, junto com toda a estrutura da Polícia Civil de Santa Catarina, vieram conversar juntamente com outros Deputados, é que passou a entender do porquê a Deputada Paulinha ter apresentado aquela emenda substitutiva global quase que no final da tramitação do Projeto de Lei Complementar n. 0030/2019. E para quê? Para fugir de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, porque

fazendo a incorporação, a ação, lá em cima, estaria extinta. E como já havia sido votado na comissão de Finanças, então, não havia mais a possibilidade de rever a sua posição naquela instância (na instância da comissão de Finanças), porque o colegiado havia aprovado o seu parecer. Qual a solução? A solução, então, foi dada a Deputada Paulinha e ao Deputado Maurício Eskudlark, no sentido de fazer o requerimento pedindo a votação destacada da emenda substitutiva global da Deputada Paulinha. E mais, concorda com essa situação, porque trouxeram a cópia do termo de acordo assinado pelo Secretário Tasca, no dia 10 de março, junto com o Décio, que é o coordenador executivo da negociação de relações de trabalho, e os representantes das classes da Polícia Civil, dos Delegados, e também do presidente da Associação dos Escrivães da Polícia Civil de Santa Catarina, e o Delegado-Geral, sr. Paulo Koerich, esteve presente e também concorda com essa forma de votação.

Então, como, na época, não pode rever sua posição porque o colegiado da comissão de Finanças já havia aprovado por unanimidade e, para resolver a questão, não vê outra solução a não ser essa, do Plenário votar favorável à emenda substitutiva global da Deputada Paulinha, votando em destacado.

O acordo previa que o Poder Executivo encaminharia o projeto de lei à Assembleia, não fez por causa da pandemia e, está aqui escrito, mas se não votarmos essa emenda substitutiva global da Deputada Paulinha, possivelmente será publicado o acórdão do Supremo Tribunal Federal, e toda a estrutura de Polícia Civil de Santa Catarina perderá a IRESA e, ato seguinte, vai entrar no rol de perda a Polícia Militar de Santa Catarina que também tem a IRESA.

Então, era a explicação que queria dar e diz que vai acompanhar o voto da Deputada Paulinha, que é pela aprovação da emenda substitutiva global, que é de autoria dela e, hoje, requerida pelo Deputado Maurício Eskudlark, não em razão de seu parecer contrário, mas no sentido de que tem que haver realmente essa correção. Então, a única

forma de haver essa correção é o Plenário se manifestar nesse sentido e o seu voto será pela aprovação da emenda substitutiva global de autoria da Deputada Paulinha.

DEPUTADO BRUNO SOUZA - Comunica que ficou sabendo da votação dessa matéria às 15h56, quatro minutos antes do início da sessão no Plenário. E solicita que fique registrado em ata seu voto contrário, porque gosta de ler os projetos, de entender o que se está votando. Afirma que lê cada projeto que é votado, aqui, integralmente. Gosta de entender o que se vota. Pede a gentileza para os Líderes que, quando quiserem colocar um projeto em votação, se adiantem no tempo para poder saber antes o que será votado aqui. Menciona que, talvez, pelos esclarecimentos dos Deputados, votaria favorável, mas não conseguiu ler, estudar e valoriza muito o seu voto.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Menciona que conhece o assunto, até porque quando Secretário da Casa Civil, em 2009, e o Deputado Maurício Eskudlark lembra disso, já que era o Delegado-Geral da Polícia Civil, foi aperfeiçoado o Plano de Carreira, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar. E essa gratificação é inerente à atividade dos policiais, que é uma atividade de alto risco, por isso, a gratificação por periculosidade, e o que está se fazendo agora é a incorporação dessa gratificação ao subsídio. Então, não há nenhum ônus ao Estado, e com isso se evita uma redução salarial de uma conquista de muitos anos. Manifesta a concordância e pede à bancada do partido, com a permissão do Líder, para que se vote a favor não apenas da Polícia Civil, mas de toda atividade policial já que, logo em seguida, a Polícia Militar também pode vir a perder uma conquista incorporada ao seu salário há muitos anos, de forma que nem em relação à Polícia Civil e nem à Polícia Militar há qualquer aumento de despesa do Poder Executivo.

DEPUTADO MILTON HOBUS - Cita que o Deputado Marcos Vieira esclareceu, como membro da comissão de Finanças, que foi votado o relatório e não aprovando o substitutivo global na época, por não

terem entendido o projeto. E, hoje, sabe-se que realmente não tem um aumento salarial e o Deputado Maurício Eskudlark explicou exatamente o que estava acontecendo. E, por isso, pede à bancada do PSD, já que conversou com o Líder, Deputado Kennedy Nunes, para que se vote a favor e para que as forças de Segurança não percam o que já era delas de direito.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Manifesta-se na mesma linha do Deputado Milton Hobus. E parabeniza tanto a Deputada Paulinha, como também o Deputado Maurício Eskudlark pelo destaque, bem como a fala esclarecedora do Deputado Marcos Vieira. Menciona que, na presente data, foi procurado por um militar no seu escritório e todos os policiais militares estão preocupados, e os civis também. Diz que "entende perfeitamente que se fizermos da forma como estamos prevendo, é possível manter essa forma, que lá atrás já foi colocada a IRESA para restituir a legalidade desse processo". E, por isso, pede como Líder da bancada para que se vote favorável à emenda.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Está encerrada a discussão.

Em votação.

A seguir, o sr. Presidente, concede a palavra para encaminhamento de votação aos seguintes srs. Deputados:

DEPUTADA PAULINHA - Pede para fazer dois registros por justiça. O primeiro em relação à gentileza do Deputado Bruno Souza, que mesmo votando contrário, devido ao exíguo tempo, não inviabilizou a votação.

E, também, por questão de justiça, diz que na questão da IRESA dos policiais militares têm sido o Deputado Sargento Lima uma das vozes mais fortes aqui, sendo que inclusive nos fez uma proposição de criar e constituir uma comissão para que possamos dar uma melhor forma redacional para cumprir com esse compromisso com os policiais militares e, no momento oportuno, terá todo o apoio e comprometimento do Governo em honrar com esses acordos que foram pré-estabelecidos.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Menciona que o Partido Liberal reconhece o esforço da Líder do Governo, Deputada Paulinha, e do Deputado Maurício Eskudlark, bem como do nosso sempre coordenador das contas do Estado, Deputado Marcos Vieira, na construção dessa alternativa para que a Segurança Pública de Santa Catarina não perca uma das bases da sua representação. Por isso, o PL indica voto favorável à aprovação da matéria e reconhece o esforço dos Deputados citados na construção dessa alternativa de manutenção salarial da categoria.

DEPUTADO JAIR MIOTTO - Registra que o PSC, da mesma forma, hipoteca aqui apoio à emenda e ao projeto em si, manifestando reconhecimento ao trabalho da Segurança Pública nesse período de pandemia em Santa Catarina.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Continua em votação.

A Presidência comunica que o Regimento prevê que primeiro votemos o projeto e, na sequência, as emendas ao projeto e depois os destaques. E como, no caso, o destaque é uma emenda substitutiva global, passaremos à votação direta ao destaque.

Os srs. deputados que votarem "sim", votam a favor do destaque, e quem votar "não" rejeita o destaque.

Neste momento, ainda, o sr. Presidente concede a palavra aos seguintes srs. Deputados para encaminhamento de votação:

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Faz manifestação de voto favorável e cumprimenta a Deputada Paulinha, Líder do Governo; o Deputado Maurício Eskudlark e com a anuência do Deputado Marcos Vieira, que deu celeridade ao projeto, mencionando que a matéria é de interesse público, e da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

DEPUTADO SARGENTO LIMA - Comunica que a bancada do seu partido encaminha voto favorável. Diz que o momento não é para atitudes mesquinhas, e que se deve reforçar as colunas que sustentam a Segurança Pública.

DEPUTADO VOLNEI WEBER - Informa que foi procurado pela assessoria da Deputada Luciane Carminatti, que está com problema de saúde, para

dizer que ela é favorável à emenda, bem como registra seu apoio à Segurança Pública de Santa Catarina.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Registra a posição favorável da Deputada Luciane Carminatti, porém não o voto, porque o voto somente pode ser feito virtual ou presencialmente.

Continua em votação, e concede a palavra aos seguintes srs. Deputados:

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Faz referência ao Deputado Bruno Souza, esclarecendo ao Deputado o procedimento de uma operação policial, como a programação, o melhor horário para pegar o criminoso de surpresa. Diz que tudo é planejado, assim como o Deputado gosta. Porém, o problema surgiu e a decisão judicial pegou todo mundo de surpresa e, se nós não podemos concordar, neste momento, com aumento salarial para servidor público devido a dificuldade que se enfrenta, também não se pode ser injusto em concordar com a redução daquilo que o policial já tem programado todo mês no seu salário. Assim, pede que o Deputado reconsidere o seu voto, e desde já agradece em nome da Polícia Civil de Santa Catarina.

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - Diz que não se pode deixar de apoiar a Polícia Civil, e registra que desde 2015-2016 estão trabalhando para incorporar a IRESA também dos militares estaduais, por isso pede o apoio dos Colegas.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Encaminha voto favorável à emenda substitutiva global apresentada, e entende a importância da incorporação ao subsídio dessa gratificação, da IRESA.

DEPUTADO NILSO BERLANDA - Parabeniza a Deputada Paulinha e o Deputado Maurício Eskudlark, declarando seu voto favorável e menciona que a Polícia Civil de Santa Catarina merece que se aprove a emenda.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Continua em votação.

Solicita à assessoria que proceda à abertura do painel para colher os votos de quem está exercendo o seu direito de forma virtual.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	sim
DEPUTADO BRUNO SOUZA	não
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	sim
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADA MARLENE FENGLER	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADA PAULINHA	sim
DEPUTADO RICARDO ALBA	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	

Votação nominal realizada de forma híbrida digital e manual. O sr. Presidente da sessão, Deputado Mauro de Nadal, acolheu as manifestações dos Deputados Nilso Berlanda e Valdir Cobalchini, favoráveis ao projeto, fora do sistema eletrônico de votação, totalizando 30 votos, sendo 29 "sim", um "não", nenhuma abstenção. Fica aprovado o substitutivo global na forma da votação em separado destacado (VES01).

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. Deputados.

Temos 29 votos "sim", um "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado em primeiro turno.

Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. Presidente.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Solicita ao Presidente que, por tratar-se de PLC e, por consequência, dois turnos, requer o encerramento dessa sessão para que se possa votar o segundo turno e as outras matérias pautadas na Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Menciona que atenderá o requerimento do Deputado, porém, antes, serão votadas as demais matérias que estão pautadas para a presente sessão, e na sequência suspenderá e fará votação em segundo turno do PLC.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0163/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus, que acrescenta art. 23-A à Lei nº 16.673, de 2015, que "Dispõe sobre a fusão da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (AGESC) com a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina (AGESAN), cria a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC) e estabelece outras providências", para vedar reajuste tarifário durante a vigência de estado de defesa ou calamidade.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados: Milton Hobus, Kennedy Nunes, Marcius Machado, Volnei Weber e Jair Miotto.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria com o voto contrário do sr. Deputado Bruno Souza.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0216/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, que altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de 2017, que "Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina", para instituir Semana de Conscientização sobre a Intolerância ao Glúten e à Lactose.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Saúde.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o srs. Deputados: Marcius Machado, Jair Miotto e Neodi Saretta.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0328/2019, de autoria do Governo do Estado, que altera o art. 2º e o art. 5º da Lei nº 15.570, de 2011, que institui o Programa Juro Zero, com o objetivo de incentivar a formalização de empreendedores populares, o investimento produtivo, a promoção da inclusão social e a geração de emprego e renda no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Ivan Naatz.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0337/2019, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que altera o art. 2º da Lei nº. 13.846, de 2006, que institui os Jogos Abertos da Terceira Idade no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0510/2019, de autoria do Deputado Jair Miotto, que declara a música gospel e os eventos evangélicos como manifestação cultural no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Jair Miotto.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0011/2019, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que denomina Promotor Público e Poeta Cruz e Sousa o Espaço Didático Cultural da Assembleia Legislativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Neste momento, a Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 16h58, dando prosseguimento à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores)

[Transcrição: Taquígrafa Sílvia]

[Revisão: Taquígrafa Sara/Northon]